

Superior Tribunal de Justiça

AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1199623 - DF (2010/0117286-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI

AGRAVANTE : GERALDA SAUDE DIAS DO CARMO

ADVOGADO : FRANCISCO CARLOS CAROBA E OUTRO(S) - DF003495

AGRAVADO : REAL SEGUROS S/A

ADVOGADA : ALESSANDRA CAMARGO ROCHA E OUTRO(S) - DF015156

AGRAVADO : CRISLEY MARTINS DA COSTA CAMPOSGO17136 E OUTROS

ADVOGADO : LEANDRO MARTINS PEREIRA - GO017136

AGRAVADO : DSR SOLUÇÕES E INTELIGENCIA LOGÍSTICA LTDA

ADVOGADO : RICARDO LE SENECHAL HORTA E OUTRO(S) - GO007976

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

IRRESIGNAÇÃO DA AUTORA.

1. No que respeita à afronta do disposto no art. 204, § 1º, do CC/02, incide o enunciado da Súmula 282 do STF, ante a ausência de prequestionamento, porquanto não teve o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

2. A Corte Distrital, na hipótese, dirimiu toda a questão à luz da incidência dos artigos 200 e 206 do Código Civil, o que, além de evidenciar a falta de prequestionamento, revela, também, na hipótese, a incidência da Súmula 284 do STF, porquanto a fundamentação apresentada no acórdão proferido pela instância ordinária não restou devidamente refutada pela ora agravante.

3. A simples transcrição de ementas sem o necessário cotejo analítico não demonstra o dissídio jurisprudencial apto a ensejar o conhecimento do apelo nobre.

4. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator